



## **PAPO ABERTO SOBRE A CANNABIS: O USO DE CHARGES COMO ESTRATÉGIA EDUCATIVA PARA ESTIMULAR DEBATES SOBRE DROGAS NAS AULAS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA**

Francisco José Figueiredo Coelho<sup>1</sup>

Simone Monteiro<sup>2</sup>

Marcelo Diniz Monteiro de Barros<sup>3</sup>

**Resumo:** Pesquisas com estudantes brasileiros revelam que os jovens tem acesso e fazem uso de diferentes substâncias psicoativas, incluindo as drogas de uso ilícito como a *Cannabis*. A escola tem potencial para criar espaços de diálogo e aprendizagem sobre as motivações e implicações do uso dessa substância, decorrentes do mercado clandestino e da qualidade do produto comercializado. Com o intuito de contribuir nessa direção, o presente trabalho discute o uso de charges, como estratégia educativa nas aulas de ciências e biologia, entre escolares do 9º ano do ensino fundamental de uma escola estadual em São Gonçalo (Rio de Janeiro). Essa estratégia visa proporcionar um debate aberto, crítico e participativo em torno do uso e abuso da *Cannabis*, orientado pela abordagem da Redução de danos. Tal enfoque se contrapõe à perspectiva proibicionista-punitiva.

**Palavras-chave:** *Cannabis* – Educação sobre drogas – Charges

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde (PGEBS/IOC/FIOCRUZ); Pesquisador do Laboratório em Educação em Ambiente e Saúde (LEAS/IOC/FIOCRUZ); Docente I de Ciências e Biologia da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC/RJ); e-mail: [francisco.coelho@ioc.fiocruz.br](mailto:francisco.coelho@ioc.fiocruz.br)

<sup>2</sup> Doutora em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ); Pesquisadora do LEAS/IOC/FIOCRUZ; Docente do PGEBS/IOC/Fiocruz; e-mail: [monteiro.simone.fiocruz@gmail.com](mailto:monteiro.simone.fiocruz@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Ensino em Biociências e Saúde (IOC/FIOCRUZ); Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Biológicas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Docente do PGEBS/IOC/FIOCRUZ; e-mail: [marcelodiniz@pucminas.br](mailto:marcelodiniz@pucminas.br)

## 1. Introdução

No mundo contemporâneo grupos populacionais diversos, incluindo os jovens, tem a possibilidade de acesso e consumo de diferentes tipos de drogas. Fazem parte dessa oferta não apenas substâncias de uso legal como o álcool e o tabaco, mas diferentes produtos ilegais, como a *Cannabis*, popularmente conhecida como Maconha.

Por ser uma substância psicoativa, a *Cannabis* atrai alguns jovens por ter o potencial de proporcionar sensações de relaxamento, vontade de rir e apetite intenso após o consumo. Tais reações podem ser um estímulo ao uso recreativo da mesma. Esses efeitos são causados pela ação do THC (tetraidrocanabinol), um dos princípios ativos da planta, que pode ser obtido com o consumo via oral ou fumada por cachimbos, narguiles e cigarros (os chamados baseados). Tendo em vista que a planta não tem sua venda autorizada no país, para produzir os cigarros de Maconha os jovens apropriam-se de meios clandestinos que podem ser arriscados (CARNEIRO, 2002; ACSELRAD, 2015).

Cabe salientar que a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE), realizada em 2012 com escolares brasileiros na faixa de 13 a 15 anos, revelou que 26,1% dessa população consumiu bebida alcoólica nos últimos trinta dias anteriores à pesquisa. Sobre o consumo de drogas ilícitas alguma vez na vida (como maconha, cocaína, crack, cola, loló, lança perfume ou ecstasy) 7,3% afirmou ter usado nos últimos 30 dias, prevalecendo o consumo da maconha (34,5%) (BRASIL, 2013). A mesma pesquisa reproduzida em 2015 indica que não houve variações expressivas em relação ao consumo. Dentre as drogas ilícitas, o consumo da maconha continua a ter mais destaque (46,1%) (BRASIL, 2016).

Diante desses dados, cabe indagar como o tema drogas tem sido abordado no contexto social, educacional e familiar. Como assinalado por Acselrad (2015) o assunto drogas é visto quase todos os dias na mídia, ora como doença a ser tratada, ora como caso de polícia. Os adultos são pouco informados e tendem a imaginar que todos os adolescentes usam drogas ilícitas. O adolescente mais rebelde, que não presta atenção às aulas ou que anda meio isolado dos colegas acaba sendo categorizado como usuário de drogas. Essa desinformação combina preconceitos e julgamentos inadequados e cientificamente equivocados que aumentam o tabu em torno do tema, dificultando sua discussão na escola e em casa com os familiares.

Nos últimos anos, estudos nacionais (ACSELRAD, 2015; SODELLI, 2011; SOUZA; MONTEIRO, 2011; ADADE; MONTEIRO, 2014) e internacionais (MIDFORD *et al.*, 2014; MOFFAT *et al.*, 2017) tem questionado a eficiência das políticas preventivas centradas no *proibicionismo* sobre os diferentes entorpecentes, sobretudo entre os mais jovens. Como

alternativa a esse modelo de amedrontamento e punição (Diga não às Drogas!), esses autores sugerem ações educativas, centradas na concepção de Redução de Danos (RD). Nessa perspectiva a droga deixa de ser o foco principal e o sujeito é quem ganha centralidade, enquanto um ser complexo que precisa ser compreendido a partir de suas dimensões biológicas, psíquicas e sociais. As abordagens educativas orientadas nesse enfoque nos remetem para a importância do exercício do diálogo e do reconhecimento dos fatores socioculturais, econômicos e políticos na análise do consumo das drogas. Essa premissa estimula o debate sobre o papel social dos membros de uma sociedade na definição de regras, acordos e leis acerca de assuntos diversos (ACSELRAD, 2015; SODELLI, 2011).

Desde a década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) sobre Saúde reconhecem a importância da discussão do tema drogas nos currículos de todos os níveis da educação básica, a partir de uma abordagem transversal (BRASIL, 1998). Todavia, as iniciativas nessa direção são escassas frente ao despreparo dos educadores. Embora os esforços para uma formação complementar docente para a prevenção do uso indevido de drogas sejam limitados, a Lei nº 11.343/2006 regulamenta a formação continuada de professores na área de prevenção ao uso indevido de drogas e recomenda a implantação de projetos pedagógicos nas esferas de ensino pública e privada (BIZZOTTO; RODRIGUES, 2007).

Partindo do contexto do uso da Maconha entre os jovens em outros países, Moffat *et al.* (2017) e Johnson (2015) argumentam que diante da ausência de discussões sobre o assunto na família e na escola, os estudantes buscam orientação e informação na internet e nas redes sociais. Todavia, nem sempre os conteúdos disponibilizados nas redes são confiáveis e educativos, reiterando a importância de se criar espaços de diálogo sobre o tema *Cannabis*. Podemos dizer que tais análises guardam semelhanças com o contexto brasileiro, pelos argumentos já assinalados.

Não deixa de ser significativo que, a despeito do tema drogas fazer parte dos PCNs sobre Saúde (BRASIL, 1998) e das pesquisas sobre acesso e consumo dos estudantes às substâncias psicotrópicas, um levantamento sobre os 316 trabalhos completos apresentados no último Encontro de Ensino de Biologia da Regional 4 (III EREBIO), em 2015, revelou que nenhum trabalho abordou relatos de experiências, materiais didáticos ou pesquisa em torno desse assunto no ensino das ciências ou da saúde.

## **2. O uso de charges como estratégia educativa para se falar sobre a Maconha**

Os argumentos descritos apontam para a relevância de promover discussões sobre o uso e abuso da *Cannabis* nas escolas. Para contribuir nessa direção, elegemos as charges

considerando que as mesmas promovem uma leitura opinativa, com humor e com efeito de compreensão que difere do entretenimento (PESSOA, 2011). Além disso, elas assumem papel informativo e contextualizador de fatos contemporâneos, desenvolvendo o senso crítico e participativos dos alunos, corroborando com o enfoque da RD. As aulas de ciências e biologia nos parecem potencialmente convidativas para essas iniciativas, considerando que diferentes questões que envolvem a vida e a preservação da saúde humana se inserem no contexto dessas disciplinas.

A charge é um gênero das histórias em quadrinhos que possui como característica a natureza do humor e efeitos de sentido presentes no jornalismo opinativo, como descreve Pessoa (2011). Para o autor, o uso das charges com os alunos se revela como uma estratégia de ensino de conteúdos, assumindo-se como agente de informação de um fato contemporâneo. Por meio da charge o leitor pode realizar uma leitura fluida, visto que se eliminam as fronteiras entre a leitura verbal e a visual, procedendo-se a uma leitura única. Nessa linha, destaca que a charge distingue-se dos outros gêneros de histórias em quadrinhos por seu caráter político. Contudo, embora a charge possa subverter o tema em questão, não distorce a ponto de mudar os fatos reais. Nesse sentido, a charge é interpretada pelo leitor de maneira sintética e cômica, diferente de outros gêneros que lidam com a notícia, como jornais, artigos ou debates (PESSOA, 2011).

Para Mehes e Maistro (2011), as tirinhas, quadrinhos ou charges são modalidades didáticas que se constituem num magnífico meio para discutir conceitos científicos. Além disso, promovem momentos de reflexão sobre diferentes assuntos como a cidadania, a ética e o respeito às diferenças. Segundo as autoras, essas reflexões ocorrem num contexto mais lúdico. Por serem facilmente encontradas nas mídias de grande circulação, além de barato, é um material de fácil acesso. Encanta o público infanto-juvenil pela criatividade, crítica, humor e por gerar questionamentos que permitem levantar discussões. Dessa forma, como ferramenta didática pode ser apropriada pelos professores para conhecer as ideias prévias dos estudantes nas aulas e introduzir pensamentos científicos (MEHES, MAISTRO; 2011).

### **3. Metodologia**

A partir de uma sequência de três charges, foram realizados debates com 20 alunos da turma 903 (9º ano) de uma escola estadual localizada no Município de São Gonçalo, RJ. Essas atividades foram desenvolvidas durante a aula de ciências. Nosso intuito foi analisar como as charges funcionavam no contexto da discussão sobre a *Cannabis* com alunos, intencionalmente da mesma faixa etária dos escolares participantes da PeNSE 2012/2015.

As charges foram selecionadas aleatoriamente, através do banco de imagens do *google*, a partir da adição dos descritores “charges”, “cannabis” e “maconha”. Devido ao grande número de imagens, foram avaliadas as 100 primeiras charges oferecidas pelo buscador, com o intuito de eleger apenas três: uma que conduzisse à um debate político sobre a legalidade e legalização da droga (**charge 01**); outra que conduzisse à um debate científico e terapêutico sobre a Maconha (**charge 02**) e a uma terceira que privilegiasse o debate sobre o tabu e preconceitos ligados à *Cannabis* (**charge 03**). Todo o material foi impresso, ampliado e plastificado em tamanho 12 X 19 cm, favorecendo que pudesse circular entre os alunos e reaproveitadas para outras turmas.

Charge 01 – Passeata da Maconha



Charge 02 – Maconha: dos males o menor



Fonte: <http://tinyurl.com/lq4gdn2>

Fonte: <http://tinyurl.com/n8lm6b4>

Charge 03 – Maconha: uma questão científica



Fonte: <http://tinyurl.com/ksya89j>

Para a apresentação das charges, os estudantes foram divididos em três grupos (dois de sete e um de seis alunos), que foram gerenciados por um aluno coordenador em cada equipe (três coordenadores). Eles ficaram responsáveis pelo registro dos depoimentos de seu grupo em relação ao entendimento sobre as charges. Depois dessa apresentação grupal, poderia haver manifestações individuais. A proposta abarcava um rodízio de charges entre os grupos e cada um ficou com uma ilustração por cerca de 10 minutos.

#### **4. Relatando a discussão sobre a *Cannabis* a partir da sequência de charges**

Em cada equipe, alguns alunos observavam as charges com certa rapidez. Outros demoravam para observá-las e pediam para revê-las. Embora cada grupo tivesse seu tempo de socialização, à medida que os demais grupos apresentavam, os estudantes interagiam e se manifestavam sobre a opinião dos demais, o que culminou com a proposta inicial: construir um espaço de debates onde houvesse diálogo e se construísse conhecimento de forma colaborativa.

Em relação à charge 01, em todos os grupos, a observação da discussão entre os alunos revelou que a maior parte desconhecia o que seria a marcha da Maconha, estando desinformados sobre o PL 7187/2014<sup>4</sup>. Embora houvesse esse desconhecimento, todos os grupos resgataram a ideia central da charge a favor da legalização da *Cannabis*. Dos 20 alunos, 18 se posicionavam a favor de uma possível liberação, acreditando que o vício independe da legalização. Para esses alunos, sendo liberada ou não, as pessoas que desejam usar continuarão a obter pelo mercado ilícito. Os dois alunos discordantes foram enfáticos em afirmar que a liberação da Maconha traria mais problemas de saúde para a população.

No que tange à charge 02 percebeu-se que, em ambas as equipes, essa foi a que mais aguçou a curiosidade dos alunos, levando mais tempo para ser discutida. Os discentes resgataram a ideia central da charge e, ao mesmo tempo, apresentaram ao professor uma série de dúvidas e curiosidades em torno dos sintomas, dependência e sobre o uso terapêutico da planta. Em todos os grupos, as maiores dúvidas giraram em torno da possível dependência que o uso frequente da *Cannabis* poderia trazer à saúde.

Quanto a charge 03, em ambos os grupos a ideia central do preconceito em torno de falar sobre a maconha com os filhos foi resgatada. Os alunos perceberam as nuances no rosto do pai da criança em diferentes momentos do quadro. Nessa ocasião, quatro alunos lembraram não apenas do tabu da discussão do tema em casa, como das ameaças de alguns pais sobre o uso de *Cannabis*. Segundo os pais destes quatro alunos, eles levariam uma surra caso o pai soubesse que os filhos fazem uso da Maconha. E curiosamente, embora apenas três alunos tenham revelado ter feito uso de *Cannabis* (02 fizeram em certas ocasiões e 01 faz uso frequente), todos afirmaram que conheciam pessoas próximas, parentes ou amigos que faziam uso da planta. Desses, quase todos (exceto um), embora não utilizasse, não enxergava como problema conviver com quem fazia uso da substância.

---

<sup>4</sup> Projeto de Lei apresentado pelo Deputado do Partido Verde Eurico Júnior - Dispõe sobre o controle, a plantação, o cultivo, a colheita, a produção, a aquisição, o armazenamento, a comercialização e a distribuição de Maconha (*Cannabis sativa*) e seus derivados, e dá outras providências.

Ao final da aula, ao serem questionados acerca da melhor estratégia para discutir sobre a *Cannabis* e outras drogas, 15 alunos acharam mais agradável e dinâmico realizar a discussão através das charges, pois poderiam dizer o que pensavam, mesmo que não conhecessem muito o assunto. Esse posicionamento dos alunos revela o potencial das charges como ferramentas didáticas mais convidativas à aprendizagem. Pela gama de discussões que as charges permitem desenvolver, duas delas já seriam suficientes para conduzir os debates sobre a *Cannabis* com os alunos ao longo de dois tempos de aula (100 minutos). Elas assumem um papel informativo de questões contemporâneas sobre a Maconha e estimulam uma participação crítica dos jovens, centrada mais no contexto e realidade dos jovens a fim de prepará-los para uma escolha mais consciente sobre as drogas, caminhando no sentido da Redução de Danos. Nesse enfoque, o professor pode mediar as discussões e alimentar o debate com questões não levantadas nas outras charges.

## **5. Considerações finais**

No que tange a discussão sobre a *Cannabis*, a charge pode elencar, reforçar e complementar conceitos científicos e relacioná-los à diferentes saberes cotidianos. Embora não substitua outros gêneros textuais, parece promover discussões sobre temas polêmicos (como as drogas) porque inevitavelmente estimula o aluno a dizer algo que pensa, através do recurso visual e do humor. Ao estimular o debate, corrobora para redução do silêncio. Eles podem argumentar em relação ao que identificam na ilustração e isso não exige que sejam plenos conhecedores do assunto. Ambos os motivos favorecem a participação dos jovens nas rodas de discussão e estimulam os próprios alunos a opinar acerca de questões para eles e para o professor, enriquecendo o debate.

Tendo em vista que as discussões apoiadas nas charges podem elencar diferentes outros assuntos, em 60 minutos de aula, apenas uma charge seria suficiente para promover os debates sobre *Cannabis*. Os alunos propõem questões e essas vão norteando discussões paralelas que seguem por toda a aula. Para duas aulas (120 minutos) duas charges já seriam suficientes.

As revelações em torno do tabu e do preconceito para falar sobre *Cannabis* entre seus familiares parecem surgir espontaneamente, quando eles analisam charges como as do anexo 03. Nesse sentido, ao se identificarem com os quadros, sentem menos desconforto em falar sobre o assunto, como se a charge suavizasse uma discussão mais polêmica entre seus colegas de classe. Nesse sentido, como ferramenta didática, as charges sobre *Cannabis* nas aulas de ciências favorecem que os estudantes interajam e se manifestem sobre a opinião dos demais, o

que culminou com nosso pressuposto: o uso das charges nas discussões com os estudantes auxiliou na construção de um espaço de diálogo e aprendizagem sobre Drogas. Assim, corrobora-se para o fortalecimento afetivo desses alunos e desenvolvimento da capacidade de escolha com base em suas possíveis consequências, ao invés de promover uma Educação sobre Drogas pautada no amedrontamento e na punição.

Em acordo com os PCNs, o que se espera de uma educação preventiva é uma intervenção centrada na aprendizagem social de valores, atitudes e limites, tendo em vista que o uso indevido de drogas não diz respeito aos marginais da sociedade, mas situa-se no centro de seus conflitos. Nutridos por essa ideia e pela experiência relatada, acreditamos no potencial das charges como ferramentas favoráveis ao estímulo e desenvolvimento da aprendizagem social entre os jovens.

## **Referências**

- ACSELRAD, G. **Quem tem medo de falar sobre drogas?** Falar mais para se proteger. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. p.164.
- ADADE, M.; MONTEIRO, S. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 215-230, jan./mar. 2014.
- BIZZOTTO, A.; RODRIGUES, A. **Nova lei sobre drogas: comentários à lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Saúde**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- \_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- CARNEIRO, H. As necessidades humanas e o proibicionismo do século XX. **Revista Outubro**, n.6, p. 115-128, fev. 2002.
- JOHNSON, J. Avant-propos. In: GEORGE, T.; VACCARINO, F. (éd.). **Toxomanie au Canada: Les effets de la Consomation de cannabis pendant l'adolescence**, Ottawa (Ontario), Centre Canadien de lutte contre les toxicomanie, 2015. p. 1-2.
- MEHES, R., MAISTRO, V. A Contribuição dos conceitos transmitidos pelas charges e quadrinhos para a aprendizagem da Biologia. In: X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. PUCPR, Curitiba, 2011.
- MIDFORD, R.; RAMSDEN, R.; LESTER, L.; CAHILL, H.; MITCHELL, J.; FOXCROFT, D. R.; VENNING, L. Alcohol Prevention and School Students: Findings from na Australian



2-years Trial of Integrated Harm Minimization School Drug Education. **Journal of Drug Education: Substance Abuse Research and Prevention**, vol. 44 (3-4), p. 71-94, 2014.

MOFFAT, B.; HAINES-SAAH, R. J.; JOHNSON, J. L. From didactic to dialogue: Assessing the use of an innovative classroom resource to support decision-making about cannabis use. **Drugs: Education, Prevention and Policy**, n. 24(1): 85–95, 2017.

PESSOA, A. R. Charge como estratégia complementar de ensino. **Revista temática**. Ano VII, n. 03, pp. 1-11, março, 2011.

SODELLI, M. A abordagem de redução de danos libertadora da prevenção: ações redutoras de vulnerabilidade. In: SILVA, E. A; DE MICHELI, D. (Orgs.). **Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. São Paulo: FAP/Unifesp, 2011. p. 599-616

SOUZA, K.M.; MONTEIRO, S. A abordagem de redução de danos em espaços educativos não-formais: um estudo qualitativo no estado do Rio de Janeiro. **Interface – Comunicação, Saúde, Educ.**, v. 15, n.38, p.833-844, jul./set. 2011.